

00191.000064/2024-96



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ética Pública

DESPACHO

1. Trata-se de petição intercorrente protocolada pela Senhora **MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA**, Ministra de Estado da Cultura (6394654), recebida pela Comissão de Ética Pública (CEP), em 29 de janeiro de 2025, por meio da qual solicita esclarecimentos quanto à decisão proferida pela CEP, por ocasião de sua 259ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de janeiro de 2024.

2. Naquela oportunidade, ao analisar consulta formulada pela Senhora Ministra no âmbito do processo nº 00191.000064/2024-96, o colegiado entendeu pela não caracterização de conflito de interesses durante o exercício do cargo público do Pode Executivo Federal, nos termos do Voto deste Relator (4893647), cuja a leitura se remete.

3. Na presente solicitação, a Senhora Ministra, a fim de que possa desempenhar suas atividades artísticas privadas sem conflitar com sua função ministerial, requer à CEP, em caráter de urgência, manifestação complementar sobre a possibilidade de conflito de interesses nas situações elencadas na consulta anteriormente formulada, conforme os destaques a seguir:

1. A consulente, a fim de afastar situações que pudessem implicar em conflito de interesses na sua atuação como artista, bem como obter a devida autorização da CEP para exercer sua atividade privada em dias e horários que não interferissem no seu horário normal de trabalho (conforme já sinalizado na consulta anterior), promoveu consulta à esta Comissão, questionando a possibilidade de ser remunerada na condição de artista, nas seguintes situações:

a) Evento cujo contratante seja pessoa física; Evento cuja contratante seja pessoa jurídica de direito privado; Evento cujo contratante seja empresa estrangeira; Evento cujo contratante seja Estado estrangeiro, que não envolva recurso público federal;

b) Evento cujo contratante seja Estado ou Município da Federação ou órgão ou empresa (autarquias, empresas públicas, etc.) com participação do Estado ou Município da Federação, que não envolva recurso público federal;

c) Evento cujo contratante seja pessoa física ou pessoa jurídica de direito privado, e seja patrocinado por Estados e/ou Municípios e/ou órgãos e empresas estaduais e/ou municipais, que não envolva recurso público federal.

(...)

Neste sentido, de forma a deixar ainda mais clara a conclusão constante do Parecer **00191.000064/2024-96**, a consulente, a fim de que possa desempenhar suas atividades artísticas privadas, de maneira não conflitante com o desempenho de sua função ministerial, vem mui respeitosamente, solicitar a apreciação da presente consulta complementar, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA**, a fim de que a Comissão de Ética indique de forma expressa se há conflito de interesse nas situações elencadas no ponto 1 (a, b e c) da presente Consulta, em especial nas situações onde o contratante seja o município ou estado da federação, e, os pagamentos decorrentes da

contratação (pagamento de cachê) sejam realizados com utilização de recursos próprios do ente da federação, sem envolver quaisquer tipos de recursos oriundos do governo federal.

grifou-se

4. Compulsando a deliberação da CEP nos termos do Voto proferido (4893647), verifica-se que o Colegiado, possibilitou, por unanimidade, que a Consulente pudesse atuar - em caráter extraordinário - como intérprete musical em compromissos privados, impossibilitando, contudo, a percepção de pagamentos ou vantagens provenientes de entes públicos com aproveitamento de mecanismos federais de incentivo à cultura, nos seguintes termos resumidos da ementa:

CONSULTA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES DURANTE O EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL. POSSIBILIDADE DE A CONSULENTE ATUAR, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, COMO INTÉRPRETE MUSICAL (CANTORA) EM COMPROMISSOS PRIVADOS . IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DE PAGAMENTO OU VANTAGEM ORIUNDOS DE ENTES PÚBLICOS, COM USO DE MECANISMOS FEDERAIS DE INCENTIVO À CULTURA. RECOMENDAÇÕES.

1. Consulta sobre conflito de interesses, formulada por **MARGARETH MENEZES DA PURIFICAÇÃO COSTA**, Ministra de Estado da Cultura, que ocupa o cargo desde 1º de janeiro de 2023.

2. **Possibilidade de a consulente exercer atividades privadas de apresentações artísticas musicais (cantora) e outras de cunho cultural durante o exercício do cargo de Ministra de Estado da Cultura.** Não caracterização, *in casu*, de potencial conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, desde que observadas as ressalvas legais de natureza funcional, política e econômica.

3. Necessidade de observância das disposições do Código de Conduta da Alta Administração Federal, de adequar todo e qualquer compromisso artístico às necessidades da atividade de Ministra de Estado, como forma de garantir integral dedicação ao cargo público.

4. Autorização para o desempenho das atividades artísticas apenas em caráter extraordinário e em observância aos horários compatíveis com o exercício da função pública.

5. Dever de assegurar a lisura na atuação em compromissos privados.

6. **Vedação de ser remunerada com verbas originadas dos entes públicos, utilizando os mecanismos federais de incentivo à cultura, tais como** projetos aprovados com base na Lei Rouanet (Lei nº 8.313/94) e demais Leis de Incentivo à Cultura (Lei Paulo Gustavo; Lei Aldir Blanc e etc.).

7. Dever de não divulgar ou de fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas, nos termos do art. 5º, I, da Lei nº 12.813, de 2013.

8. ***Ad cautelam*, em missões oficiais ao exterior a consulente não poderá realizar atividades artísticas profissionais de natureza privada sem a formal autorização do senhor Presidente da República e da Comissão de Ética Pública, em caso de risco de conflito de interesses.**

5. Dessa forma, com vistas a dar cumprimento ao pleito formulado, cumpre-me esclarecer os fundamentos e os parâmetros que nortearam a deliberação da CEP, a qual conferiu viabilidade ao desempenho de atividades culturais de caráter privado pela Senhora Ministra de Estado da Cultura, com especial atenção às circunstâncias delineadas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 1 da petição intercorrente acostada aos autos (6394654). A razão de decidir consignada no voto proferido delineia a seguinte diretriz:

Nesse contexto, também é vedado à consulente receber remuneração dos entes públicos (federais, estaduais e municipais) por apresentações artísticas/musicais futuras, utilizando os mecanismos federais de incentivo à cultura, devendo ainda obstar que eventuais empresas de seus familiares utilizem os mecanismos federais de incentivo à cultura.

A proibição também abrange a atuação da consulente para quem tenha interesse suscetível de ser atingido pelo Ministério da Cultura, inclusive no que se refere à Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 ("Lei de Incentivo à Cultura" ou "Lei Rouanet") e demais normativos de mesma natureza, tendo em vista a vedação do art. 5º, II, da "Lei de Conflito de Interesses".

Do mesmo modo, é vedado à consulente receber remuneração dos demais Entes da federação (Estados e Municípios) que utilizaram recursos federais para a realização dos eventos artísticos em que venha a participar, enquanto permanecer no cargo público, bem como em eventos futuros que tenham recebido recursos federais liberados durante a sua gestão.

Isto porque a Lei Complementar nº 195, de 8 julho de 2022 ("Lei Aldir Blanc") e a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022 ("Lei Paulo Gustavo"), na redação original (com repristinação determinada pelo eg. Supremo Tribunal Federal no Referendo da Medida Cautelar na ADI nº 7.232/DF), **obrigam a União a repassar recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para serem investidos no setor cultural, fato que certamente atrai a atuação do Ministério da Cultura para exercer suas competências.**

6. O trecho destacado consubstancia restrições éticas e normativas impostas à consulente, delimitando sua atuação no âmbito artístico-cultural em face da posição pública por ela ocupada. A proibição de que a consulente receba remuneração proveniente de entes públicos federais, estaduais e municipais, quando tais valores forem oriundos de mecanismos federais de incentivo à cultura, evidencia a adoção de medidas que buscam impedir o conflito de interesses entre o exercício da função pública e interesses privados.

7. Além disso, a obrigação de a consulente impedir que empresas de seus familiares utilizem os mecanismos federais de incentivo à cultura reforça o compromisso com o princípio da impessoalidade, que veda o direcionamento de benefícios públicos a interesses privados. Tal restrição encontra respaldo na Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses), que impõe limites à atuação de agentes públicos em situações que possam comprometer sua imparcialidade.

8. A extensão da proibição à atuação da consulente em favor de interessados que possam ser afetados pelo Ministério da Cultura, especialmente no que se refere à Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), reforça o dever de isenção na formulação e execução de políticas públicas culturais.

9. A Lei nº 12.813/2013, no artigo 5º, inciso II, estabelece que constitui conflito de interesses a prestação de serviços a pessoas ou entidades cujo interesse possa ser influenciado por suas atribuições públicas. Tal dispositivo justifica a vedação imposta, uma vez que a atuação remunerada da consulente no setor cultural poderia gerar dúvidas quanto à imparcialidade das decisões do órgão ao qual está vinculada.

10. A restrição à percepção de remuneração da consulente por eventos artísticos patrocinados por entes federativos que tenham recebido recursos federais, durante e após sua gestão, visa a evitar o aproveitamento de políticas públicas por ela própria implementadas. Esse impedimento se justifica pela necessidade de garantir a lisura na destinação de recursos federais e impedir que haja qualquer espécie de direcionamento de verbas públicas que, posteriormente, venha a beneficiá-la. Tal vedação previne a sobreposição entre o interesse público e eventual benefício privado, alinhando-se ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

11. No que se refere à possibilidade de evento cujo contratante seja pessoa física; pessoa jurídica de direito privado; empresa estrangeira; ou Estado estrangeiro, sem participação de recursos federais (**alínea "a"**), cabe esclarecer que a decisão da CEP não cria óbice à participação da autoridade, mas aponta, de forma geral, a necessidade de se observar as disposições do Código de Conduta da Alta Administração Federal, e de alinhamento dos compromissos artísticos às necessidades da função Ministerial como forma de garantir integral dedicação ao cargo público. Contudo, especificamente quando a contratação se der por estado estrangeiro, por cautela, torna-se indispensável a autorização formal do senhor Presidente da República, além da autorização da Comissão de Ética Pública, em eventual risco de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813/2013.

12. No que tange à hipótese em que o evento tenha como contratante um Estado ou Município da Federação, ou ainda um órgão ou empresa pública estadual ou municipal, sem envolvimento de recursos federais (**alínea "b"**), é necessário observar a competência do Ministério da Cultura conforme estabelecido pelo Decreto nº 11.336/de 2023. Tal normativo delimita a atuação ministerial à formulação e implementação da política nacional de cultura, à economia criativa e aos

incentivos culturais federais, sem ingerência direta sobre recursos estaduais ou municipais. Assim, caso um evento seja financiado exclusivamente por verbas estaduais ou municipais, não há relação direta entre a Ministra da Cultura e a decisão sobre o uso desses recursos, afastando-se, portanto, qualquer presunção de conflito de interesses.

13. O voto da Comissão de Ética Pública reforça a proibição expressa de recebimento de recursos provenientes de mecanismos federais de incentivo à cultura, tais como a Lei Rouanet, a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, mas não há vedação explícita quanto ao recebimento de cachês oriundos de recursos estaduais ou municipais que não tenham relação com o governo federal.

14. Além disso, deve-se diferenciar a mera relação contratual entre artista e ente público da caracterização de conflito de interesses. Para que este último ocorra, seria necessário que o evento ou entidade contratante estivesse subordinado a alguma decisão administrativa do Ministério da Cultura, ou que houvesse alguma relação de influência decisória da Ministra sobre o ente contratante, o que não se verifica nesse caso. Assim, desde que inexista qualquer influência da Ministra na destinação de recursos públicos estaduais ou municipais em favor de sua contratação, não há configuração de conflito de interesses.

15. No tocante aos eventos contratados por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que sejam patrocinados por Estados, Municípios ou empresas públicas estaduais e municipais, sem envolvimento de recursos federais (**alínea "c"**), a questão deve ser analisada sob o prisma do princípio da separação das esferas pública e privada, conforme preconizado pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal. Em especial, seu artigo 3º impõe que o agente público deve atuar de forma que não haja confusão entre sua atuação pública e privada, garantindo a lisura e a impessoalidade de suas atividades. O patrocínio por entes públicos estaduais ou municipais não caracteriza, por si só, conflito de interesses, desde que a contratação seja realizada diretamente por particulares e que não haja qualquer tipo de influência da Ministra sobre o direcionamento desses patrocínios.

16. Ademais, a Comissão de Ética Pública já reconheceu em precedentes similares que agentes públicos no exercício do cargo de Ministro de Estado não podem utilizar sua posição pública para obter vantagens ou influenciar patrocínios privados, conforme consta do item 34 do Voto Condutor proferido no âmbito do processo nº 00191.000064/2024-96 (4893647).

17. No entanto, a simples participação em eventos que, indiretamente, sejam beneficiados por patrocínios estaduais ou municipais não configura, por si só, conduta antiética, desde que a negociação tenha sido conduzida de maneira autônoma e transparente, sem interferência da autoridade pública. Dessa forma, não há caracterização de conflito de interesses na participação da Ministra nesses eventos, desde que fique demonstrado que a sua contratação ocorreu de forma independente e sem interferência de sua função pública.

18. Por fim, cabe ainda salientar que, caso a Senhora Ministra venha a receber propostas para desempenho de atividades privadas ou identifique situações potencialmente configuradoras de conflito de interesses, deverá comunicar o fato a esta Comissão de Ética Pública, nos termos do inciso II, do art. 9º, da Lei nº 12.813, de 2013, *in verbis*:

Art. 9º Os agentes públicos mencionados no art. 2º desta Lei, inclusive aqueles que se encontram em gozo de licença ou em período de afastamento, deverão:

(...)

II - **comunicar por escrito à Comissão de Ética Pública** ou à unidade de recursos humanos do órgão ou entidade respectivo, conforme o caso, **o exercício de atividade privada ou o recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar, contrato ou negócio no setor privado, ainda que não vedadas pelas normas vigentes**, estendendo-se esta obrigação ao período a que se refere o inciso II do art. 6º

grifou-se

19. Diante da análise dos preceitos normativos aplicáveis e da diretriz exarada pela Comissão de Ética Pública, impõe-se reconhecer, com a clareza solicitada pela consultante, que **não há óbice à**

percepção de remuneração nas hipóteses aventadas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 1 da petição intercorrente acostada aos autos (6394654), desde que inexistia a utilização de recursos federais e que a contratação ocorra de maneira transparente e sem qualquer ingerência da consulente na alocação dos valores pagos pelos entes subnacionais ou por entes privados, visto que, no caso presente, não se vislumbra conflito de interesses, consoante deliberado pelo Colegiado em sua 259ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de janeiro de 2024, nos termos do Voto proferido (4893647).

20. Assim, conclui-se pela possibilidade de remuneração nas três situações descritas nesta consulta, seja por pessoa física, por pessoa jurídica de direito privado, nacional ou estrangeira, ou por entes públicos estaduais e municipais desde que não utilizem recursos federais, sem prejuízo da observância dos demais deveres funcionais e éticos atinentes ao cargo ocupado, nos termos deste despacho.

21. Esclarecidos esses pontos, notifique-se com brevidade a Senhora Ministra de Estado da Cultura dos termos do presente Despacho, haja vista o pedido de urgência interposto.

22. Por fim, determine-se a inclusão do presente Despacho na pauta da próxima Reunião Ordinária da Comissão de Ética Pública, para fins de ratificação pelos demais Conselheiros.

23. À Secretaria-Executiva, para providências.

MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO
Conselheiro Relator



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Caetano Ferreira Filho, Conselheiro(a)**, em 04/02/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).